

Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?)¹

Social movements, virtual networks and alternative media in the june “when the giant awoke”(?)

■ CÍCILIA M. KROHLING PERUZZO *

RESUMO

Este estudo é sobre as grandes manifestações civis brasileiras iniciadas em junho de 2013, com o objetivo de identificar os principais aspectos que as caracterizam, além de entender a presença das redes sociais e da comunicação alternativa no processo. Trata-se de uma primeira abordagem baseada em pesquisa bibliográfica e na observação assistemática das manifestações simultaneamente a sua realização, e por meio de redes virtuais e seguimento de coberturas da imprensa convencional e de meios de comunicação alternativos. Conclui-se que a sociedade civil mostrou sua força, evidenciou a existência de um universo da comunicação maior do que o da grande mídia.

Palavras-chave: movimentos sociais, mobilização, comunicação, redes virtuais, mídia alternativa

ABSTRACT

This study is about the large Brazilian civil demonstrations which began in June 2013, with the aim of identifying the main aspects that characterize them, and to understand the presence of social networks and alternative communication in the process. This is a first approach based on literature research and unsystematic observation of manifestations as they happened, and through virtual networks as well as the tracking of media coverage of conventional and alternative media. We conclude that civil society has shown its strength, and exposed the existence of a universe of communication larger than the mainstream media.

Keywords: social movements, mobilization, communication, virtual networks, alternative media

* Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), São Bernardo do Campo. E-mail: cicilia.peruzzo@gmail.com

1. Ideias originalmente expostas em palestra na Sessão de Abertura da IV Jornada Acadêmica Discente do PPGCOM-USP, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no dia 23 de agosto de 2013.

INTRODUÇÃO

O TEMA DO PRESENTE texto é bastante abrangente e com interconexões difíceis de serem analisadas de modo sucinto, além de ser algo ainda efervescente, o que nos permite dizer que não temos a pretensão de dar conta do mesmo, mas tão somente levantar alguns aspectos e tecer aproximações sobre a questão da comunicação no contexto das grandes manifestações públicas que eclodiram no Brasil em junho de 2013.

A indagação inicial é sobre se as redes virtuais realmente foram organizadoras das manifestações urbanas que levaram centenas de milhares de pessoas às ruas. Afinal, esse tipo de visão via-se reproduzida em analistas da imprensa e de universidades como explicação para o fenômeno que se tentava entender. Os objetivos são identificar os principais aspectos que caracterizam as grandes manifestações públicas de protesto iniciadas em junho de 2013 no Brasil e entender a presença das redes sociais e da comunicação alternativa no processo. Trata-se de uma primeira abordagem baseada em pesquisa bibliográfica e no acompanhamento em tempo real e virtual das manifestações, além de seguimento de coberturas da imprensa convencional e de meios de comunicação alternativos.

As manifestações coletivas de protesto a que este texto se refere tiveram seu auge em São Paulo no dias 17 e 18 de junho de 2013, nos seus 4º e 5º protestos, iniciados de forma pacífica, mas que terminaram em meio à violência, tanto da polícia como de participantes adeptos a ações radicais. Estima-se que no dia 17 aproximadamente 100 mil pessoas pararam a capital (Manso; Zanchetta, 2013: A14), momento em que as bandeiras de luta e a configuração dos participantes já haviam se ampliado para além da redução da tarifa do transporte coletivo que foi o motivo das primeiras manifestações. A primeira, em caráter pacífico e despretensioso, liderada pelo *Movimento Passe Livre* (MPL), ocorreu no dia 6 de junho em frente ao Teatro Municipal e seguiu em caminhada pelas ruas do centro da capital, com a participação de cerca de 150 pessoas, segundo o mesmo jornal (Ibid.), e de 5 mil na visão do próprio movimento¹. Foi duramente reprimida pela Polícia Militar. No dia seguinte aconteceu uma segunda manifestação, e nos dias 11 e 13 outras mais, sempre reprimidas com violência, com a ajuda até da Tropa de Choque da Polícia Militar, o que teria contribuído para o acirramento das reações, agora agregando a luta pelo direito à liberdade de se manifestar e protestar. Seguiu-se a irredutibilidade na redução das tarifas, simultaneamente, ao aumento da adesão popular e das bandeiras de luta. Voltando ao dia 18, essa foi a noite mais violenta da cidade, com depredação parcial da Prefeitura e incêndio de uma unidade móvel da TV Record. Nessa altura os protestos seguiam e já haviam se espalhado pelo Brasil atingindo cerca de 400 cidades (Bava, 2013: 5) e 12 capitais (Atos..., 2013: C1), muito representativos em

1. Ver: <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>>.

algumas delas, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília (DF). As manifestações continuaram nas ruas pelo País afora e na cidade de São Paulo, apesar da revogação do aumento da tarifa do transporte coletivo na capital – no dia 19 de junho – pelo governador Geraldo Alckmin (metrô) e pelo prefeito Fernando Haddad (ônibus). A mesma decisão também foi tomada por governantes de outras cidades e de cinco capitais². Em 21 de junho foi noticiado pelo Jornal Nacional, da Rede Globo, que 1,2 milhão de pessoas participavam neste dia de protestos em cidades brasileiras. Ocorreu na mesma data um ataque ao prédio do Itamaraty (Brasília, DF), onde funciona o Ministério das Relações Exteriores, houve interdição do tráfego de rodovias e grandes avenidas, depredações e saques a instalações de organizações símbolos do capitalismo. No dia 21 de junho o *Movimento Passe Livre* anunciou o fim das convocações em São Paulo. Entretanto, as manifestações seguiram ainda durante os meses de junho e julho³, mesmo com menor participação, talvez pela alteração de perspectiva em decorrência da interferência de grupos de ação direta violenta (presença do *Black Bloc*). A partir de agosto verificaram-se protestos mais esporádicos e com temas específicos, principalmente, no Rio de Janeiro.

PALAVRAS INICIAIS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Uma primeira aproximação a ser feita é sobre o que são movimentos sociais. À primeira vista, esta indagação parece ser desnecessária uma vez que os conceitos sobre os mesmos são de domínio público. Desse modo, diriam: movimentos sociais são articulações da sociedade civil constituídas por segmentos da população que se reconhecem como portadores de direitos e que se organizam para reivindicá-los. No entanto, a pergunta pode levar a outras respostas quando se quer conhecer mais a fundo o fenômeno – dos movimentos sociais – que pode assumir diversas configurações dependendo de suas motivações, do lugar, do tempo histórico e da conjuntura em que se movem. Resulta que não convém confundir coletivos, organizações não governamentais, grupos, associações etc., ou mesmo qualquer forma de manifestação coletiva, com movimento social ou movimento popular, no sentido rigoroso da expressão. Por outro lado, há diferenciações entre movimento social – mais amplo – de movimento popular, aquele orgânico às classes populares, melhor dizendo subalternas, e que portam conteúdos emancipadores. Nessa perspectiva, protestos, motins, revoltas, entre outros, não necessariamente se constituem em movimento social ou popular. Por exemplo, grupos como o *Black Bloc*, cujos componentes em geral agem em conjunto e usam máscaras negras, têm sido apontados como autores de ações violentas que culminam em depredações do patrimônio público e privado. O *Black Bloc* é uma tática, não uma organização ou movimento social. O bloco

2. Cuiabá, Recife, João Pessoa, Porto Alegre e Aracaju.

3. No dia 11 de julho, por exemplo, houve manifestação convocada pelo Sindicatos de Trabalhadores e Centrais Sindicais (Central Única dos Trabalhadores, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, União Geral dos Trabalhadores e Nova Central Sindical) na Avenida Paulista na capital de São Paulo e em outras cidades.

4. Razão pela qual também encontram rejeição até dos próprios movimentos sociais, que não apostam em violência, porque acabam minando processos organizativos ou de manifestação pacífica por mudanças. É o caso do *Occupy Wall Street*, de Nova York (EUA), como diz um dos ativistas, Chris Hedges, o *Black Bloc* foi o “câncer que debelou o movimento, até então bem sucedido, em debater a tirania do capitalismo financeiro” (Locatelli; Vieira, 2013:26). Em São Paulo, os atos de violência nas ruas da capital logo após as primeiras manifestações de junho de 2013 provocaram recuos estratégicos do *Movimento Passe Livre*, que no primeiro momento representou o poder de convocação.

forma-se ocasional e temporariamente, articula-se a partir das redes sociais virtuais e, pelo que se tem visto até o momento, seus membros aproveitam a ocorrência de eventos ou se infiltram em manifestações públicas de movimentos sociais⁴ para as referidas ações de protesto. Uma manifestação pode ter, por exemplo, mais de um grupo *Black Bloc*. Atuam na base da chamada *ação direta*, uma tática do protesto violento contra o capitalismo, o Estado e forças que representam o poder econômico e outras formas de organização e estruturas de poder. Podem desaparecer tão rápido quanto surgem. Depende do contexto político. Segundo Saul Newman, “são uma força temporária, sem identidade, na qual os indivíduos podem nem saber quem é a pessoa ao lado” (Locatelli; Vieira, 2013: 25).

A ação direta desse tipo começou na Alemanha nos anos 1980 em defesa de manifestantes nas lutas contra riscos ambientais provocados pelas usinas nucleares. Em 1999 deixaram suas marcas em Seattle (EUA) por ocasião da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), “quando os protestos terminaram em depredação de empresas como Starbucks”, como esclarece Pablo Ortellado na mesma matéria (Ibid.), e a partir dessa época eles adquiriam um “caráter mais estético, espetacular, de intervenção urbana” (Locatelli; Vieira, 2013: 24).

Um movimento social pressupõe a existência de um processo de organização coletiva e se caracteriza pela consistência dos laços, identidades compartilhadas, certa durabilidade e clareza não só no uso de táticas (mobilizadoras, comunicativas, civiljudiciais etc.), mas também nas estratégias, como aquelas envolvendo um projeto amplo de sociedade, ou pelo menos, propostas de programas para determinados setores. Os movimentos de mulheres, por exemplo, têm muito claras as metas a serem alcançadas a médio e longo prazo: igualdade de gênero e a conquista de todos os direitos de cidadania.

A segunda aproximação necessária diz respeito ao reconhecimento da diversidade existente no universo dos movimentos sociais, tanto na linhagem política e ideológica quanto nos tipos de movimentos, o que aponta para as diferenças nas origens, nos propósitos, nos meios de expressão usados, e quem são os atores, ou seja, seus protagonistas. No Brasil, sempre existiram movimentos sociais de diferentes matizes. Nas últimas décadas, desde a era pós-ditadura – fim dos anos 1970 e subseqüentes – esses podem ser agrupados em categorias a partir de fatores que os motivam ou orientam sua razão de ser, a saber:

- a) Movimentos vinculados a melhorias das condições de trabalho e de remuneração (movimento de professores e de outras categorias profissionais);
- b) Os que defendem os direitos humanos relativos a segmentos sociais a partir de determinadas características de natureza humana (gênero,

- idade, raça e cor – como, por exemplo, o movimento de mulheres, dos índios, dos negros, dos homossexuais, das crianças etc. – Exemplos: Movimento de Mulheres, Meninos e Meninas de Rua etc.);
- c) Aqueles voltados a resolver problemas decorrentes das desigualdades que afetam grandes contingentes populacionais (movimentos de transporte, moradia, terra, saúde, lazer, meio ambiente, paz, contra a violência, defesa dos animais etc. – Exemplos: Movimento Nacional pela Moradia, Movimento Passe Livre e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Alguns são apoiados por instituições que os incentivam ou os abrigam, tais como igreja, partido político, escola e universidades, a exemplo da Pastoral da Terra e do Movimento Fé e Política;
- d) Movimentos político-ideológicos (lutas por participação política, protestos por antagonismos políticos, reivindicações por democracia, mudança de regime etc.) (Peruzzo, 2013: 163).

Quanto a estes últimos, segundo Maria da Glória Gohn (2004: 268-271), são movimentos constituídos em decorrência de conjunturas políticas de uma nação (a exemplo de insurreições políticas, revoltas, motins, revoluções etc.), assim como os surgidos a partir de ideologias – apesar de a ideologia perpassar qualquer movimento – tais como o anarquismo e o marxismo. Porém, em nosso conceito, como demonstram as grandes manifestações públicas ao redor do mundo nos últimos anos, esses podem ocorrer não só em momento de luta política extrema, mas também em situações de protestos e reivindicações por mudanças, mas sem interferir profundamente na ordem estabelecida.

JUNHO: UM MOVIMENTO IMPREVISTO, MAS ESPERADO NO BRASIL

Manifestações que coloriram vários países, do mundo árabe à Europa e aos Estados Unidos, demoraram em eclodir no Brasil mas, finalmente, chegaram com o outono de 2013 para mudar as cores da política por meio de uma espécie de democracia direta: nós por nós mesmos. É a população que vai às grandes avenidas em passeatas, sem líderes ou organizações que pudessem assumir o protagonismo. O conformismo parecia ser mais profundo do que se imaginava possível, dado o histórico de um País que desde antes do fim da ditadura militar mobiliza-se e se organiza nas entranhas das *bocas e vielas*, na cidade e no campo, e soube até o provocar o *impeachment* de um presidente da República⁵. Contudo, tais manifestações não foram convocadas nem lideradas pelas forças tradicionais de representação política, como sindicatos e partidos políticos. Trata-se de um outro movimento, como veremos adiante.

5. Em 30 de dezembro de 1992 o presidente brasileiro Fernando Collor de Mello foi condenado pelo Senado à perda do mandato e à inelegibilidade por oito anos.

D

Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa
no junho em que “o gigante acordou”(?)



Foto de Daniel Teixeira/Estadão-17.06.2013 (Largo da Batata, São Paulo)

As grandes manifestações públicas recentes no Brasil mostram-se políticas, no sentido amplo, pois se expressam em forma de protestos e de reivindicações por mudanças em áreas nevrálgicas da vida nacional e por políticas públicas de interesse social. Multidões somaram-se em mais de um milhão de pessoas num único dia, o 20 de junho.

As forças de segurança do Estado agiram com violenta repressão, demonstrando, em certos momentos, inabilidade em lidar com esse tipo de manifestação popular. Em meio a palavras de ordem, como *sem violência*, esta violência marcou as manifestações, num primeiro momento pacíficas, e provinha tanto da força policial quanto de grupos de manifestantes, talvez ainda antes da entrada dos *Black Blocs*. Um dos manifestantes que quebrou vidraças do prédio da prefeitura de São Paulo chegou a pedir desculpas públicas.

Para compreender essas manifestações políticas, há necessidade de flexibilização e revisão de categorias já consolidadas, no entanto, sem destruí-las, pois, por um lado, os novos movimentos expressam, entre outras, também lutas antigas dos movimentos sociais populares e, por outro, não anulam os demais, como os movimentos comunitários, os de mulheres, o Movimento de Luta por Moradia, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e assim por diante. Porém, há que se perceber as características novas que se apresentam, sobre as quais tentamos tecer algumas aproximações a seguir.

Unidade na diversidade

Expressam um esgarçamento no caráter de classe. Não se trata somente de um movimento de esquerda, muito menos só dos setores tradicionais de representação política. Até o repúdio a partidos políticos de esquerda roubaram a cena em alguns momentos nas manifestações de junho e julho. No conjunto, houve uma mescla de segmentos de classe e de tendências político-ideológicas: de esquerda, liberais, conservadores, grupos com conotação⁶, gente que quer mudar o Brasil, gente que apenas aderiu e participou, mas sem saber bem o porquê ou, como lembra Chauí (2013), o fez apenas para sair de casa. Enfim, os protestos de junho de 2013 – momento em que tiveram maior adesão – expressaram o heterogêneo. Contudo, convém esclarecer que referimo-nos apenas às manifestações, não ao conjunto das relações de classe na sociedade. Pelo contrário, a divisão de classe continua tão candente como sempre foi, cujos reflexos estão nas contradições e desigualdades sociais, econômicas e políticas. A melhoria na distribuição da riqueza ainda está longe de representar a democracia econômica e social equitativa. Outro aspecto dessa diversidade é a forte presença da juventude, sem desconsiderar que havia gente de todas as gerações. Uma juventude que ajudou a convocar e aderiu às manifestações pelas cidades brasileiras e que manifestou sua indignação e se comunicou de diferentes maneiras, do celular à internet (milhões de acessos e “curtir” no *Facebook*, *Twitter*, *YouTube*), dos símbolos usados (a máscara *pop* de Guy Fawkes do filme *V de Vingança*) aos cartazes escritos à mão. São diferentes formas de participar, difundir mensagens e de ganhar visibilidade também na televisão convencional e demais meios de comunicação.

Novas formas de conexão

Uso da internet, das mídias e redes sociais virtuais⁷ e de celulares se constitui num diferencial importantíssimo do novo grande movimento social que mexeu com o País e com as visões sobre ele. As mídias e redes sociais virtuais (*YouTube*, *Flickr*, *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* etc.) se constituem em canais de informação, em ambientes comunicacionais, em pontos de encontro, enfim, em redes e, às vezes, até em comunidades, que facilitaram os relacionamentos (entre os que estão conectados), a articulação entre as pessoas e as ações conjugadas (acertos de dia, local e hora para encontros presenciais). Claro que servem ainda de arena de debate, de difusão, acesso e troca de informação. Tudo isso, no que se refere ao ambiente interno no ciberespaço e no que diz respeito ao processo de mobilização que acaba por desembocar nas ruas das principais cidades do País. No que tange à comunicação do movimento concreto, ou seja, das ruas para a sociedade, falaremos mais adiante.

6. Gostaríamos de lembrar que anarquia não é “sinônimo de desordem, mas sim de sociedade libertada” (Matta, 1981: 84); autogerida, diríamos, a partir de um movimento revolucionário organizado. Portanto, não convém tomar *a priori* qualquer manifestação violenta como sendo de fundo anarquista. Ações de quebra-quebra podem ser apenas “violência fascista”, diz Chauí, pois “é aquela que propõe a exterminação do outro porque ele é o outro” (2013a).

7. Apesar de distinções possíveis entre mídias e redes virtuais, optamos em usá-las indistintamente neste texto.

A informação nas linhas e entrelinhas

Os sentidos das mobilizações que tomaram conta do espaço público urbano, grosso modo, confluíram-se na expressão do descontentamento da forma de protesto e de reivindicação diante das condições de sofrimento e carências que afetam grandes contingentes da população brasileira. Representaram um grito por mudanças, a partir das difíceis condições de vida cotidiana das classes pobres, do desencanto com a política e com os governos e, sutilmente (e não de forma majoritária) com o próprio modo de produção capitalista. Uma mistura de motivações surgiu em cartazes e em falas de indivíduos⁸, como a denúncia sobre o alto preço do aluguel, a espoliação urbana, a corrupção, a necessidade de reforma política, a melhoria no atendimento à saúde pública (falta de investimentos e de políticas), contra a PEC 37 (Proposta de Emenda Constitucional que retirava os poderes de investigação criminal do Ministério Público), contra a Federação Internacional de Futebol (FIFA) pelos custos e os impactos causados com as obras em função da Copa do Mundo de Futebol de 2014, contra o aumento do preço do transporte coletivo em São Paulo, contra figuras de políticos então em destaque, contra a discriminação da homossexualidade, contra os meios de comunicação, entre outras.

Do mesmo modo que na Espanha, no Brasil circularam frases e em suportes efêmeros.

Esses enunciados poéticos (*slogans*) informavam (produziam informação produzindo formas), funcionavam como verdadeiras alavancas que lançavam as palavras gastas da língua política comum a campos léxicos desconhecidos. Revolução, povo, cidadão, democracia, representação... (Labrador Méndez, 2013: 44).

No Brasil os cartazes e faixas também trazem ricas informações sobre os sentidos trazidos pelas multidões:

Saímos do *Facebook*!!! Quem falou que era impossível?;
Vem prá Rua;
O Brasil acordou;
Queremos hospitais padrão FIFA;
Não sou *bacon* para morrer queimado (contra a violência);
Contra PEC 37;
Feliciano, a gente não esqueceu!!! Só estamos arrumando uma merda por vez;
Povo unido contra a corrupção;
Desculpe o transtorno, estamos mudando o país;
Fora FIFA;
Go home FIFA;
Juventude que ousa lutar, constrói poder popular;

8. Falas que os repórteres tentaram captar para fazer as reportagens de TVs, jornais, rádios, portais de notícias etc. Mas, diga-se de passagem, o movimento social não apresentava líderes, coordenadores. Era apenas um coletivo de grandes proporções que se movia em decorrência da conjuntura e das condições encontradas (Força policial, ação direta do *Black Bloc* etc.) e gritava palavras de ordem contra a violência.

Fora Alckmin;
Fora Dilma, Fora Cabral. PT = Pilantropia e Traição;
SOS Educação;
Nenhum partido me representa;
Passe Livre;
O gigante acordou; Somos filhos da revolução.
Acredite não é só por R\$0,20;
Somos a rede social...

e tantas mais. Os gritos de guerra: *Sem violência; Olha que legal, Brasil parou e nem é carnaval* e *Copa do mundo eu abro mão, quero dinheiro prá saúde e educação* também foram repetidos em coro.

Tudo isso em meio à demanda pela redução do valor da passagem⁹ (em R\$ 0,20 – vinte centavos) e do passe livre que foram as bandeiras que motivaram o início das manifestações, levantada pelo *Movimento Passe Livre*, no início do mês, mas que não tardou a ceder a visibilidade para as outras, como as já mencionadas. Contudo, convém frisar que nos anos de 2006, 2010, 2011 etc., também ocorreram denúncias e protestos no mesmo sentido, convocados pelo referido movimento, mas que, primeiro, a adesão foi restrita – como o foi também no primeiro momento deste junho – segundo, não houve vitória nos anos anteriores quanto à anulação do aumento da tarifa como ocorreu em 2013. Trata-se de um indicativo a mais para se avaliar a importância das redes virtuais e da internet na mobilização das pessoas, haja vista a presença e o aprendizado de uso crescentes das mesmas na vida das pessoas.

Governos e mídia questionados

O movimento social do outono brasileiro colocou em xeque os governos, os serviços públicos, a política, os meios de comunicação e, num segundo momento e por vias transversais, o próprio capitalismo¹⁰. Para Silvio Caccia Bava (2013: 5), as mobilizações questionam o urbanismo privatista que transforma tudo em mercadoria. O grande motivo para as mobilizações é a luta contra a espoliação urbana e todo o sofrimento que ela impõe aos trabalhadores. A falta de prioridade e de investimentos nas políticas públicas castiga a todos que precisam do transporte público, da moradia, dos serviços de saúde, educação, assistência social, previdência e segurança, políticas garantidas pela Constituição. A participação popular é a mobilização da cidadania pela democratização dos governos e da vida em sociedade, pela melhoria de vida nas cidades.

Contudo, a primeira reação de *representantes* dos governos, da política partidária e dos meios de comunicação não foi a de reconhecer as demandas como legítimas, mas, sim a de desqualificar o movimento. Foram levantadas

9. Esse mesmo tipo de reivindicação também fez parte do movimento em outros municípios de São Paulo e em cidades de outros Estados, tendo tido o mesmo desfecho.

10. No caso das depredações de bancos, agências vendedoras de automóveis etc.

suspeitas de manipulação por vieses político-partidários e manifestantes foram denominados de baderneiros, vândalos e promotores de quebra-quebra como parte de um vocabulário depreciativo, tanto de comentaristas e entrevistados como do próprio discurso midiático.

A violência policial consentida e justificada pelo Estado, as coberturas noticiosas e a edição de conteúdos para enfatizar o lado grotesco ou para avaliá-lo segundo viés conservador e autoritário ou, no mínimo mal informado, irritaram os manifestantes. Mas as ruas também deram um recado insistindo no direito de manifestação, e mostrou à mídia seu descontentamento por meio do incêndio de um carro de reportagem de uma rede de televisão (no dia 18 de junho), além de críticas a jornalistas e impedimento de filmagens no meio de passeatas¹¹.

A segunda reação, em decorrência da pressão de multidões nas ruas, foi de atendimento a reivindicações, como a anulação do aumento da tarifa do transporte, como já foi dito. Outras respostas do poder público não tardaram a entrar no cenário, agora por parte do governo federal: a promessa de convocar uma reforma política (o que foi minado pelas forças partidárias de oposição ao governo federal e pelo Supremo Tribunal Federal - STF), investimentos em segurança pública, mobilidade urbana, na educação e na saúde. Esta última, contemplada com o programa *Mais Médicos*¹², foi a resposta mais concreta até o momento e que, aliás, encontrou grande resistência corporativista do setor. Também passou a haver respeito à força das ruas, como foi o caso da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, ao declarar à nação em cadeia nacional de rádio e TV que estava escutando o clamor das manifestações, que tinha entendido o recado das ruas e considerava as reivindicações pertinentes. Outra reação imediata que as manifestações provocaram foi o arquivamento da PEC-37 (Proposta de Ementa Constitucional número 37/2011¹³) pela Câmara dos Deputados, no dia 25 de junho de 2013.

Outra comunicação na arena do debate

Uma outra comunicação se faz presente. Os manifestantes usaram meios próprios para se comunicar: simples celulares ou *smartphones*, redes virtuais e o audiovisual alternativo municiaram a sociedade com a informação em tempo real do que ocorria nas ruas pelo ângulo de novas fontes, conforme será visto na última parte do texto. Estas se tornaram, inclusive, fontes para a grande mídia que se viu atônita e perdida, sem saber bem o que fazer, pois os acontecimentos fugiam ao seu tradicional esquema de pautas e coberturas. Estes favoreceram o exercício da liberdade de expressão, sem *gatekeepers*, e numa proporção imensurável devido ao efeito de replicação das redes virtuais. Tanto que o contraste se evidenciou entre as transmissões autônomas de pessoas e de

11. O repórter Caco Barcelos, da TV Globo, “foi expulso pela multidão aos gritos de ‘Fora, Globo!’” (Mello, 2013: C9).

12. Consiste na contratação de médicos brasileiros e estrangeiros para prestar serviços de atendimento médico-hospitalar nas regiões mais pobres e menos cobertas pelos serviços públicos do setor.

13. A PEC 37, ou PEC da Impunidade, de autoria do deputado federal e delegado Lourival Mendes (PT do B-MA), propunha retirar o poder de investigação criminal dos Ministérios Públicos Estaduais - MPes e do Ministério da União - MPU (Barbosa, 2013).

grupos ativistas – por celulares conectados à internet e câmeras de fácil manuseio em meio às multidões. Por exemplo, até os equipamentos mais pesados do *Mídia Ninja* eram transportadores em carrinhos de mão.

Quais redes?

Na perspectiva de Gohn (2004), já mencionada, que entende as manifestações políticas como decorrentes de conjunturas políticas, e tomando por base as grandes manifestações ocorridas também em outros países – desde a Primavera Árabe até as da Europa, especialmente, o 15-M (o Movimento 15 de Maio), ou *Democracia Real Ya*, *Toma la Calle*, amplamente conhecidos como *Los Indignados* (nome cunhado pela imprensa), de 2011, na Espanha, o *Yo Soy 132* do México, em 2012, é possível afirmar que movimentos desse tipo podem ser espontâneos – nascem a partir de algum acontecimento marcante¹⁴ que passa a ser fator de agregação nas redes virtuais – ou decorrem da ação mobilizadora de organizações e movimentos sociais previamente existentes, conforme veremos abaixo. Desse modo, é apressado atribuir a capacidade de *organização* das manifestações de junho e meses subsequentes no Brasil à internet e/ou às redes virtuais. As mídias e redes virtuais são importantes canais e ambientes comunicacionais para a *articulação*, mas a tecnologia somente favorece as mobilizações se o seu uso for atrelado à luta social mais ampla, ou seja, relacionadas às organizações de base popular, comunidades, movimentos sociais etc. – extra ciberespaço ou existentes nele – porém, portadores de vínculos consistentes e duradouros. Entretanto, é inegável seu potencial enquanto espaço de encontro, arena de discussão e lugar para o confronto de identidades e interesses. O poder de gerar efeito viral, ou de multiplicação da repercussão e da adesão, é inegável. Contudo, altos números de *curtidas* não necessariamente significam engajamento de fato. Às vezes são atos apenas cordiais, outras vezes criam nuvens, como de gafanhotos que logo se acomodam. Apenas quando há identidades fortes e se consegue mobilizar vontades (Toro; Werneck, 2004) surgem chances de coesão e continuidade.

Cabe ainda um alerta da existência de truques que podem camuflar situações de adesão na forma de perfis falsos nas redes ou na replicação artificial, como no caso do *Twitter*, em que se forjam dados e fluxos fantasmagóricos.

Voltemos a questão da organização. Pelo que se tem visto, nesse tipo de manifestação existem redes, comunidades de interesses, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, movimentos sociais ou similares – presenciais ou virtuais – que são anteriores ou simultâneos à eclosão presencial urbana e/ou implicam em processos de ação e articulação que extrapolam os espaços na internet.

14. No México houve o caso do protesto contra Peña Nieto, então candidato a presidente da República, em visita a Universidade Iberoamericana, por parte de estudantes que gritavam palavras de ordem como “Ibero No Te Quiere”.

O momento presencial como parte do processo pode ser visto, por exemplo, no movimento *Yo Soy 132*, que apesar de se caracterizar como um movimento com forte conotação *internetiana* não prescindiu de encontros presenciais. Jesús Galindo Cáceres e José I. González-Acosta mostram como os estudantes mexicanos se mobilizaram para produzir um vídeo como resposta às acusações das forças partidárias e midiáticas ligadas a Peña Nieto, criando comissões para produção do vídeo *131 Estudiantes de la IBERO Responden*, bem como a realização de “assembleias gerais para propor, votar e aceitar ou rechaçar ações realizadas pelo movimento [Yo Soy 132] e sob o seu nome, como marchas, comunicados, posicionamentos políticos, estratégias” (2013: 84 e 146-147), aconteceram sob a coordenação do seu Conselho Geral composto por representantes das universidades participantes do movimento¹⁵.

15. O movimento teve a adesão de estudantes de outras universidades, além dos da Ibero.

Na Espanha, também se formaram comissões, comitês temáticos ou de bairros e foram realizadas importantes reuniões e assembleias nos bairros e gerais com a finalidade de organizar as manifestações do 15-M (Castells, 2012; Roitman, 2012; Lima, 2013). Nas palavras de Roitman Rosenmann,

foram criadas comissões abertas de economia, de problemas jurídicos, de gênero, de organização, de longo prazo, de educação, de cultura e de comunicação, entre outras. Em seu interior se aprovam e apresentam conclusões, sejam em assembleias de bairro ou na geral da *Puerta del Sol* de Madrid. Com esse modo de proceder se pode extrapolar o Estado espanhol, segundo a experiência nas diferentes comunidades autônomas, bairros e cidades onde está presente o 15-M, o método se adequa às circunstâncias. (...) Dessa maneira se conseguiu, a poucos dias de por em marcha o 15-M, (...) o primeiro grande consenso de Acampadasol, os 16 pontos considerados o ‘manifesto de fundação’ (2012: 47).

Entre os 16 pontos do manifesto constam: exigência de mudança na Lei Eleitoral; mais atenção aos direitos básicos e fundamentais previstos na Constituição (moradia digna; saúde pública gratuita e universal; reforço na educação pública e laica; reforma fiscal favorável às rendas mais baixas; reforma das condições de trabalho dos políticos (abolição de soldos vitalícios, etc.); condenação da corrupção; democracia participativa e direta; redução do gasto militar; e total transparência das contas dos partidos políticos (Roitman Rosenmann, 2012: 47-49).

No Brasil, a erupção das primeiras grandes manifestações públicas em junho de 2013 em São Paulo e em outras cidades do País, como já foi enfatizado, esteve atrelada ao protesto pelo aumento do preço das passagens do transporte público e à reivindicação de tarifa zero, cujo maior expoente é o *Movimento Passe Livre* (MPL), mas logo se ampliaram e ganharam proporções inesperadas.

No entanto, o MPL foi criado em 2005 durante o Fórum Social Mundial. Está organizado em algumas capitais e se articula no território nacional por meio de Grupos de Trabalho Nacional (GTNs). Segundo sua autoidentificação,

é um movimento social brasileiro que luta por um transporte público de verdade, fora da iniciativa privada. Uma das principais bandeiras do movimento é a migração do sistema de transporte privado para o sistema público, garantindo o acesso universal através do passe livre para todas as camadas da população (Sobre..., 2013: online).

Nele também se verifica, portanto, a antecedência a junho de 2013 enquanto movimento, além da parte presencial que sempre teve um papel importante no processo de organização do mesmo, tanto na preparação da convocação quanto durante a fase das manifestações públicas. Realizou, inclusive, assembleia no *campus* da Universidade de São Paulo, no auge das manifestações, para discutir os rumos a tomar frente a situação de violência infiltrada nas mesmas, o que extrapolava os rumos até então previstos. Terminou tomando a posição de recuo estratégico, pois não lhe cabia a responsabilização sobre a violência que roubava a cena das manifestações até então pretendidas pacíficas.

Por outro lado, é importante compreender que o MPL teve um papel importante, entretanto, não foi o protagonista do movimento que chegou a reunir mais de um milhão de pessoas em protestos em cidades brasileiras, como no dia 20 de junho de 2013¹⁶. O próprio *Movimento Passe Livre* reconhece ter apenas servido de “estopim mais imediato para as revoltas que tomaram dimensão nacional em junho, que abraçaram a (...) [sua] pauta e a ampliaram” (Perseguição..., 2013).

Para além da luta do transporte, evidenciou-se bastante o protesto explícito contra as distorções que vem se verificando em decorrência da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil em 2014. Palavras de ordem foram explicitadas no bojo das passeatas. Por haver coincidência com a realização de jogos de futebol da Copa das Confederações, ocorreram manifestações específicas contra a FIFA em frente aos estádios de futebol da competição, como em Salvador (Arena Fonte Nova), em Belo Horizonte (Mineirão), Rio de Janeiro (Maracanã) e em Brasília (Mané Garrincha), duramente reprimidos pela política e exaustivamente mostrados pela televisão.

Os protestos relacionados à Copa do Mundo não ocorreram ao acaso, existe um movimento social organizado na forma de Comitês nas 12 cidades nas quais os jogos da Copa do Mundo de 2014 serão realizados. Estes comitês – compostos por membros de movimentos dos Sem Teto, negros, mulheres, crianças, Passe Livre, pastorais da Igreja Católica etc. – estão fazendo um trabalho de conscientização e mobilização das populações atingidas pelos

16. Informação veiculada pelo Jornal Nacional da TV Globo neste dia.

grandes eventos. O objetivo é garantir os direitos constitucionais da população, que acabam sendo ameaçados devido à realização de megaeventos esportivos no País, além da atuação política junto ao poder público e à outras instâncias. Os problemas vão da violação de leis, remoção de populações de seus locais de moradia, prostituição, alteração de calendários escolares até os investimentos públicos demandados para demolição e construção de obras segundo as exigências da FIFA, entre outros. Já se formou, inclusive, a *Articulação dos Comitês Populares da Copa* (ANCOP) que articula e representa os Comitês nos relacionamentos com as instâncias do poder, como também junto à Organização das Nações Unidas (ONU) que já enviou, inclusive, uma missão para analisar as denúncias sobre os problemas a que nos referimos. Os Comitês existem há alguns anos. O primeiro a se formar foi o do Rio de Janeiro, em 2007, os de Curitiba, Porto Alegre e Fortaleza foram criados em 2010¹⁷ e em seguida os demais.

17. Ver: <<http://www.portal-populardacopa.org.br>>

Há que se atentar para o fato de o Brasil ter uma histórica *práxis* de movimentos sociais populares, cujos ativistas ajudaram a compor as grandes manifestações públicas, o que pode ser observado pelo nível e qualidade de determinadas reivindicações como as expressas nas palavras de ordem indicadas. Os tipos de movimentos assinalados no início deste texto, bem como centenas de organizações não governamentais (ONGs) e outras modalidades de organizações do Terceiro Setor (às vezes com apoio do poder público), pastorais da Igreja Católica, setores de universidades etc., são exemplos dessas formas de organização social que fazem a diferença no contexto das grandes contradições que assolam o país. Enfim, são milhares de iniciativas (movimentos comunitários, movimentos de mulheres, movimento ecológico, movimento negro, *hip hop*, movimentos dos atingidos por barragens, pela terra, pela moradia, pela saúde, pela educação, por transporte público, contra a violência etc.) protagonizadas por pessoas que se somam para enfrentar os problemas concretos nas cidades e no campo e, como tal, desenvolvem um nível de consciência capaz de se sensibilizar pela participação num movimento social de caráter político. A hipótese é que a força social demonstrada no outono/inverno de 2013 tem muito a ver com o processo de conscientização existente há décadas na sociedade brasileira. Contudo, há que se reconhecer que as manifestações reuniram uma diversidade de pessoas, para além de militantes e de tendências de esquerda, como já assinalamos antes.

Em outras palavras, muitas frases expressas durante as manifestações indicam o significado político do movimento e o envolvimento de manifestantes em organizações e movimentos sociais, pois aparecem bandeiras que há muito tempo são levantadas pelos mesmos.



Foto de Fábio Motta/Estadão – 17.06.2013

Manuel Castells também observou que as redes não se resumem às virtuais, ao analisar as manifestações na Europa e em outros países.

O uso da internet e das redes de comunicação móveis é fundamental, mas a forma de conexão em rede é multimodal. Esta conexão inclui redes sociais *online* e *offline*, assim como redes sociais já existentes e outras são formadas durante as ações do movimento. As redes estão dentro do movimento, com outros movimentos do mundo, na blogosfera, em meios de comunicação e na sociedade em geral (2012: 212-213).

O reconhecimento da importância e participação das redes de movimentos sociais presenciais nos protestos e reivindicações no outono/inverno brasileiro não quer dizer que não admitimos a contribuição das redes virtuais (*Facebook*, *Twitter*, etc.) para as manifestações públicas no Brasil. O que enfatizamos é que o movimento não começou na internet, no caso brasileiro, embora esta tenha sido fundamental para o debate e na mobilização que permitiu ações conjugadas que culminaram na presença de milhares de pessoas nas ruas em várias cidades.

Por outro lado, há que se reconhecer que não há um padrão único que explique todas as manifestações que abalaram o mundo nos últimos tempos. No Egito, em Túnez e nos países árabes, segundo Castells, a maioria das revoltas

começou com a organização, o debate e convocatórias de protestos na internet, e continuou e se formou no espaço urbano. As redes da internet proporcionaram, portanto, um espaço de autonomia do qual surgiram uns movimentos com distintas formas e resultados, dependendo de seu contexto social (2012: 108).

No México, o movimento *Yo Soy 132*, a partir de um motivo acontecido no espaço de uma universidade, como já demonstrado, se articulou através da internet, apesar de não prescindir no espaço presencial para sua continuidade (Galindo Cáceres; González-Acosta, 2013).

A retomada do espaço urbano

Outra questão que merece ser enfatizada é o fato de as grandes manifestações só se materializarem no espaço urbano. “Se bem que as articulações parecem começar nas redes sociais da internet, *se convertem em movimentos ao ocupar o espaço urbano*. Seja mediante a ocupação permanente [prolongada] de praças públicas ou por manifestações continuadas” (Castells, 2012: 212). O mesmo autor ainda reforça a ideia que o movimento “se faz sempre mediante interações entre o espaço de fluxos da internet e as redes de comunicação sem fio, os espaços dos lugares ocupados e dos edifícios simbólicos, objetivo das ações de protesto” (2012: 213). O que significa que o ciberespaço mais o espaço urbano criam, para o autor, um terceiro espaço: o “espaço da autonomia, a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede” (Ibid.). Situação mais visível em países com regimes políticos totalitários.

No entanto, do nosso ponto de vista, não são espaços intocáveis. A mídia convencional, ao mesmo tempo em que extrai deles visões, os penetra com suas próprias visões, pois acaba formando opiniões no conjunto da sociedade. Nem todos que participaram das manifestações estão em redes virtuais, até porque o nível de acesso dos brasileiros à internet ainda não é universal. Logo, a divulgação dos eventos pela mídia também é fator de mobilização (e desmobilização) porque sempre há identidades compartilhadas. A ênfase em coberturas que julgam e desqualificam as manifestações tem seu outro lado, o de aderência de segmentos conservadores a esse tipo de apreciação, seja de parte da população ou da própria polícia, para justificar as agressões em geral violentas e indiscriminadas.

Em meio a essa *guerra* midiática, os grandes meios não operam sozinhos, apesar do poder de influência e do alcance que têm. Mais do nunca, os meios pessoais (celulares e *smartphones*) e as câmeras de ativistas de mídias alternativas participaram na difusão da informação, colocando em *blogs*, *sites*, redes virtuais, no *Youtube* etc., fotos, vídeos e textos. Cada pessoa com celular

conectado à internet pode gravar, interpretar e difundir, até em tempo real, o que se passava em praça pública. Essa contrainformação é fundamental no processo de mobilização e conscientização da população. Ao que tudo indica, esses canais foram muito utilizados, para postar e para acessar. Anna Carolina Rapp e Camilo Rocha informam que, de acordo com um monitoramento feito pela empresa Scup, “publicações sobre os protestos impactaram mais de 136 milhões de pessoas nas redes sociais. Entre 13 e 21 de junho de 2013, foram mais de 2 milhões de menções em *Facebook*, *Twitter* e *YouTube* e *Google*” (Rapp; Rocha, 2013: A19). O monitoramento, segundo a reportagem, foi feito usando as palavras-chave (*hashtags*) #passelivre, #vemprarua e #ogiganteacordou. Porém são dados implicados também em reprodução de discursos da mídia e de amigos além de passíveis a replicações de efeito viral nem sempre confiáveis.

A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E MÍDIA ALTERNATIVA

Essas formas de comunicação germinam no contexto dos movimentos populares ou em coletivos envolvidos em dinâmicas de transformação das sociedades, o que justifica sua inclusão neste texto, mesmo que de passagem. Elas se reelaboram no processo histórico, ou seja, os movimentos sociais e comunidades incorporam as tecnologias de informação e comunicação do seu tempo. Passam do presencial ao virtual, do movimento comunitário de bairros às comunidades virtuais de escolha, do altofalante a webrádio, da TV de rua à TV comunitária no sistema cabo, do jornalzinho impresso à plataforma colaborativa na internet... Há um esforço contínuo de incorporar o novo, às vezes lento, mas que aos poucos também aderem à blogosfera e ali se posicionam através de *blogs*, *sites*, redes virtuais, televisões, vídeos, plataformas, etc. No entanto, persistem as formas mais tradicionais de comunicação, dada a diversidade que caracteriza o Brasil. Às vezes é ainda a comunicação face a face, o altofalante, a rádio comunitária no dial que *falam melhor* para alguns segmentos populacionais.

Há também uma multiplicidade de experiências dessa comunicação, portanto, têm feições diferentes, cujas apropriações das tecnologias são realizadas com finalidades diversas. Contudo, o popular, o comunitário, o alternativo como expressões de uma outra comunicação são também termos imprecisos e controversos, em cujos sentidos nem vamos entrar nesse texto, mas que em suas raízes têm proximidades, apesar de características distintas.

Grosso modo, a comunicação comunitária é aquela elaborada no âmbito de comunidades, representa o exercício da liberdade de expressão e de participação popular através de canais próprios, com a finalidade de difundir conteúdos orgânicos à própria realidade, e como forma de promover a educação informal e a mobilização comunitária. Já a imprensa alternativa, salientamos apenas

que ela vem sendo recriada nas últimas décadas. Todos sabem o seu papel histórico nos anos iniciais do regime militar no Brasil, mas que desaparece naquela modalidade (combativa contra a ditadura e o modelo econômico). Com o passar do tempo se reinventa, muda o caráter combativo, mas continua se caracterizando como independente de governos e empresas e não se alinhando ao modo de operar dos grandes meios de comunicação, na sua lógica de mercado e como sistema burocrático. Mantém também seu caráter não aderente aos interesses ideológicos e políticos das classes dominantes. Parece não querer derrubar governos, mas exercitar a liberdade de expressão em favor do interesse público. Alguns meios se *especializam* e procuram suprir o debate em determinado assunto ou região, seja o meio ambiente, a questão amazônica, problemas dos moradores de rua, questões relativas à América Latina, temas políticos, econômicos e sociais, e assim por diante. É o caso de veículos como o *Jornal Pessoal*, a agência *Adital* – Notícias da América Latina e Caribe, Revista *Boca de Rua*, jornal *O Trecheiro*, Revista *Viração*, *Voz da Periferia*, Agência Brasil de Fato e tantos outros.

Recentemente, quando das manifestações de junho e julho de 2013 no Brasil, além das redes de comunicação independentes que se formaram graças aos celulares conectados na internet, um veículo de mídia alternativa, a *Mídia Ninja*, ganhou destaque por sua atuação durante as passeatas de protesto e reivindicações. Ao gravar e transmitir imagens e sons *ao vivo* dos acontecimentos passou a ser um canal de informação confiável e capaz de transmitir a informação diretamente do cenário de ocorrência, muitas vezes confrontando a versão da mídia convencional ou revelando fatos que ela não cobriu. Chegou até a servir de fonte para esta, quando enfrentou dificuldades em penetrar nas manifestações (passaram a não ser bem aceitas no decorrer do processo¹⁸) quanto pela falta de capacidade de alterar os padrões tradicionais das coberturas jornalísticas. Por exemplo, no dia 18 de junho só a *Mídia Ninja*¹⁹ cobriu o confronto entre manifestantes e a Tropa de Choque da PM na Rua Augusta, em São Paulo, com imagens feitas de um *smartphone* e postadas no canal *online* PosTV. A “exclusividade se refletiu nos acessos, que chegaram a 180 mil” (Rapp; Rocha, 2013: A19) .

Mídia Ninja quer dizer *Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação*. É o setor de comunicação do Fora do Eixo²⁰, um coletivo auto-organizado de produtores culturais que promovem a música independente, realiza festivais. e consegue avançar na promoção cultural, por fora da lógica e das amarras do mercado tradicional capitalista. A *Mídia Ninja* sempre acompanhou as realizações do próprio Coletivo, como também outros acontecimentos a ele relacionados (julgamentos no Judiciário, etc.). Mas despontou para o Brasil graças à sua

18. Um carro da Rede Record foi incendiado pelos manifestantes. Houve protestos também contra a Rede Globo, aliás, gravados pela *Mídia Ninja*. Disponível em: <http://pt.twitcasting.tv/midianinja_sp>

19. A *Mídia Ninja* disponibiliza suas transmissões em: <www.postv.org> ou <<http://canalpostv.blogspot.com.br>>

20. Ver: <<http://foradoeixo.org.br/>>

atuação durante as manifestações do outono/inverno transmitindo-as em tempo real. Essa atuação durante as mesmas lhe rendeu uma entrevista no programa Roda Viva da TV Cultura²¹, matérias favoráveis e também depreciativas – quase *linchamento* moral do coletivo e de suas lideranças, especialmente de Pablo Capilé, seu idealizador – pela mídia convencional²².

Pelo lado do coletivo, na entrevista realizada pelo programa *Roda Viva*, da TV Cultura, disseram fazer um *jornalismo independente*, um *jornalismo pós-industrial* pois está livre dos condicionamentos das empresas e dentro da lógica que a internet representa: agilidade, imediatismo, liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, as recentes manifestações no Brasil expressam a busca pela ampliação da cidadania. Há interesse da sociedade em interferir e participar. Foi explicitado um grito de revolta, mas também um grito por mudanças. Exige-se ética na política. Deu-se um recado ao poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), mas também à grande mídia, que alguns dizem ser o quarto poder, mas que de fato é apenas uma extensão do poder econômico, que se reveste do político e do ideológico. Sabe conviver com os gestores do Executivo mesmo quando não lhe são totalmente simpáticos, por que de fato interessa o controle do poder de Estado.

O processo, no seu conjunto, evidenciou que o universo da comunicação é maior do que o da grande mídia. Há outra comunicação em curso que vem fazendo a diferença há anos, mas que agora ganha novas formas de expressão e capacidade de democratizar conteúdos por meio do empoderamento das tecnologias que facilitam as conexões e a formação de novas redes, as virtuais, porém sem desconsiderar das demais, as básicas e as político-sociais e presenciais.

Trata-se de um momento ímpar da sociedade brasileira que parece indicar à universidade a necessidade de se repensar, sair do comodismo do seu enquadramento aos interesses do mercado seja ele midiático ou da indústria, e perceber que seu papel é contribuir para toda a sociedade, uma sociedade que clama por mudanças. ■

REFERÊNCIAS

- ATOS atingem 12 capitais e têm cenas de violência. *Folha de S.Paulo*, 18 jun.2013, p.C1, C2.
- BAVA, Silvio Caccia. A cidade como mercadoria. *Le Monde Diplomatique*. São Paulo: Associação Palavra Livre/Instituto Polis, a. 7, n.73, p. 4-5, agosto de 2013.
- BOCHINI, L.; LOCATELLI, P. Movimentos sociais. Ex-integrantes do coletivo controlador do Mídia Ninja condenam práticas da organização. *Carta Capital*, a.XVIII, n.762, p.33-35, 21 ago.2013.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignación y esperanza*. Madrid: Alianza, 2012.

21. Ver <<http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/midia-ninja-portalpulpardacopa.org.br>>

22. Para Costa (2013), o que aconteceu com o *Fora do Eixo* foi “uma ação organizada, na qual agentes da mídia tradicional, apoiando-se em intelectuais pouco familiarizados com o ambiente digital, produzem o linchamento moral de Capilé e do Fora do Eixo. Mas tudo indica que o alvo principal não é o coletivo de produtores culturais: o objetivo é questionar a experiência derivada dessa iniciativa, o grupo denominado *Mídia Ninja*. O que está em confronto é o jornalismo clássico, que se tornou refém da indústria da comunicação, e o midiativismo das redes. Não está em jogo a hipótese, improvável, de o midiativismo vir a substituir o jornalismo tradicional, mas, assim como na área cultural os coletivos não institucionalizados disputam com sucesso as verbas públicas com grandes produtoras”.

- CHAUÍ, M. A revolta urbana. *Caros Amigos*. a.XVII, n.197, p. 10-14, ago.2013. (Entrevista a Aracy Nabuco, Frédi Vasconcelos, Lilian Primi e Wagner Nabuco).
- FONTES, Bruno A.S.M. *Redes sociais e poder local*. Recife: UFPE, 2012.
- GALINDO CÁCERES, J.; GONZÁLEZ-ACOSTA, José Ignacio. #Yo Soy 132. *La primera erupción visible*. Ciudad de México: Global Talent University Press, 2013.
- GOHN, M. da G. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- LABRADOR MENDEZ, G. A democracia na praça. Dois anos de protestos na Espanha. *Revista Piauí*, a.7, n.83, p. 44-51, ago.2013.
- LOCATELLI, P.; VIEIRA, W. O Black Bloc está na rua. *Carta Capital*, a.XVIII, n.760, p.22-26, 07 ago.2013.
- LIMA, Julia de Souza Alves de. *O espaço de autonomia dos novos movimentos sociais: uma análise das estratégias digitais e urbanas do movimento espanhol 15-M*. 2013. 110f. Monografia (Conclusão do Curso de Relações Públicas), Universidade de São Paulo.
- MANSO, Bruno Paes e ZANCHETTA, Diego. A revolta do gás lacrimogêneo (em sete capítulos). *O Estado de S.Paulo*, 23 jun. 2013, p. A14.
- MELLO, Patrícia C. Por que fui? *Folha de S.Paulo*, 18 jun.2013, p.C.9.
- MOTTA, F. C. Prestes. *Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PAÍS em protesto. *Folha de S.Paulo*, 18 jun.2013, p.C1.
- RAPP, Anna C.; ROCHA, Camilo. Na internet, atos mobilizam 136 milhões. *O Estado de S.Paulo*, 23 jun. 2013, p. A19.
- ROITMAN ROSENMAN, Marcos. *Los indignados: el rescate de la política*. Madrid: Akal, 2012.
- TORO, José B.; WERNECK, Nisia M.D. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Endereços eletrônicos

- BARBOSA, Rogério. Pressionados por protestos, deputados arquivam PEC 37 por ampla maioria. *Uol Notícias*. São Paulo, 25 jun. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/06/25/congresso-rejeita-pec-37-e-medida-que-limitaria-poder-dos-mps-e-arquivada.htm>>. Acesso em: 25 jun.2013.
- CHAUÍ, Marilena. Pela responsabilidade intelectual e política. *Cult*. São Paulo, n.182, set. 2013a. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2013/08/pela-responsabilidade-intelectual-e-politica/>>. Acesso em: 30 set. 2013.
- COSTA, Luciano Martins. Fora do Eixo. Por que as redes assustam a imprensa. *Observatório da Imprensa*. Campinas, n.760, 20 ago. 2013. Disponível em: <observatoriodaimprensa.com.br/news/view/por_que_as_redes_assustam_a_imprensa>. Acesso em: 07 jun.2013.

- SOBRE nós. *Movimento Passe Livre*. 2013. Online. Disponível em: <<http://www.mpl.org.br/?q=node/1>>. Acesso em: 22 ago.2013.
- PERSEGUIÇÃO no Rio Grande do Sul: solidariedade ao Bloco de Lutas! *Movimento Passe Livre*. 2 out. 2013. Online. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/2013/10/03/perseguiacao-no-rio-grande-do-sul-solidariedade-ao-bloco-de-lutas/>>. Acesso em: 05 out. 2013.
- PERUZZO, Cíclia M.K. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. *Revista Contemporanea*. Salvador, UFBA, v.11, n.1, p. 161-181, 2013. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6311/6082>>. Acesso em: 20 set.2013.

Artigo recebido em 8 de outubro de 2013 e aprovado em 29 de outubro de 2013.